



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - U
(ao PLP nº 68, de 2024)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 9º e 32, e suprima-se o art. 31 do Projeto de Lei Complementar nº. 68/2024, a seguinte redação:

“Art. 9º São imunes também ao IBS e à CBS as operações:

.....
§4º As imunidades das entidades previstas nos incisos I a III, do caput deste artigo se aplicam às suas aquisições de bens materiais e imateriais, importações, inclusive direitos, e serviços.”

“Art. 32

.....
§2º O disposto no caput e no § 1º não se aplica às:

I - exportações; e

II - operações de que tratam os incisos III, IV e VI do art. 9º. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo do PLP 68, de 2024, estabelece no inciso III do Art. 9º que as operações imunes ao IBS e à CBS incluem também fornecimentos. Contudo, por um equívoco, o termo utilizado não reflete adequadamente o objeto central da reforma tributária, que são as operações — sejam elas onerosas ou gratuitas. Ao longo do texto do PLP 68, a referência às imunidades é feita sempre em relação às operações, motivo pelo qual propõe-se um ajuste interpretativo.





SENADO FEDERAL

É importante lembrar que o foco correto deve ser nas operações, uma vez que o princípio do IVA não faz distinção com base nas pessoas jurídicas (§3º, II, artigo 4º do PLP 68).

Além disso, o §4º do artigo 9º também precisa de ajustes, pois impacta a cadeia de créditos da organização de maneira não isonômica, em especial ao tratar da aquisição de bens materiais e imateriais. Considerando a necessidade de correção no caput, é apropriado alterar o §4º para garantir que as imunidades previstas nos incisos I, II e III do caput sejam aplicadas às aquisições de bens materiais e imateriais, incluindo direitos e serviços, e às importações de bens materiais e imateriais, incluindo bens e serviços.

Essas entidades dependem amplamente de "bens e serviços" para oferecerem seus serviços aos consumidores finais, além de utilizarem equipamentos importados que não estão disponíveis no mercado nacional. A não correção do §4º e seus incisos resultaria em um aumento significativo dos custos, especialmente para os serviços prestados por hospitais e entidades de saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), tanto no nível federal quanto estadual, mesmo que estejam sujeitas à alíquota zero.

Por outro lado, os contribuintes sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS podem apropriar créditos desses tributos quando pagarem os valores incidentes sobre as operações nas quais adquirem bens ou serviços, exceto nas operações para uso ou consumo pessoal e nas demais hipóteses previstas nesta Lei Complementar. Os valores de crédito apropriados corresponderão ao montante efetivamente pago de IBS e CBS relacionado às aquisições (§2º).

O Art. 31 perde seu objeto à partir dos ajustes devidos propostos. O Artigo 31 trazia a proibição de apropriação de créditos subsequentes aumentando o custo da nova tributação diretamente ao consumidor final, e este consumidor final, não poderia se apropriar de créditos ao adquirir algum serviço ou produto, deixa de ser interessante contratar ou adquirir. O Art. 32 e seus §§ tratam da anulação proporcional dos créditos relativos às operações anteriores, desrespeitando o princípio da isonomia e da neutralidade tributária.





SENADO FEDERAL

Não há justificativa para submeter as entidades beneficentes de assistência social a um tratamento diferenciado em comparação com outros contribuintes do regime regular do IBS e da CBS, o que resultaria em uma carga tributária desproporcional para as Instituições Filantrópicas, reconhecidas como imunes perante os demais agentes da cadeia de operações.

Ao impedir a apropriação de créditos e anular os já adquiridos, essas entidades seriam colocadas em desvantagem frente às instituições privadas com fins lucrativos. Isso tornaria inviáveis seus serviços, pois seriam tributadas como consumidoras finais em 26,5% e, como fornecedoras, estariam impossibilitadas de oferecer crédito, tornando seus produtos menos atraentes para os compradores que desejam compensar créditos.

Um exemplo dessa disparidade pode ser observado na comparação dos custos de insumos entre um hospital privado com fins lucrativos e um hospital imune a impostos:

Ambos tenham adquirido, num determinado período, R\$ 1 milhão em insumos necessários à prestação dos seus serviços (todos sujeitos à alíquota de referência de 26,5%). Para ambos o custo final será de R\$ 1.265.000,00 (R\$ 1.000.000,00 dos insumos + R\$ 265.000,00 de IBS e CBS). Como o hospital privado lucrativo além do benefício de redução de alíquota fará jus a receber o crédito na operação subsequente, o custo final dos insumos que utilizou será de apenas R\$ 1.000.000,00, enquanto que para o hospital filantrópico será de R\$ 1.265.000,00, uma vez que há o peso da tributação ao adquirir os mesmos produtos, o que se torna um total contrassenso ao princípio da justiça social e cooperação. Isto cria um desequilíbrio de mercado, pois o primeiro poderá vender seus serviços por valor muito inferior ao segundo. Assim, as instituições que não distribuem lucros e reverterem em sua atividade acabará tendo uma operação muito mais cara que aquela que distribui lucros e dividendos por ser uma empresa do mercado com fins lucrativos, ou seja, prejudica-se justamente àquelas que entregam serviços primários e fundamentais para o país.





SENADO FEDERAL

Vale ressaltar que a manutenção dos créditos de IBS e CBS pelas entidades filantrópicas não seria uma novidade, uma vez que o PLP 68 já autoriza essa manutenção em outras situações onde há imunidade desses tributos, como: (i) operações de exportação; (ii) operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão; (iii) serviços de comunicação de radiodifusão sonora e audiovisual de recepção livre e gratuita.

A proposta busca preservar o objetivo da Reforma Tributária para o setor da saúde — não aumentar a carga tributária em comparação aos níveis atuais. Assim, sugere-se permitir que as entidades filantrópicas mantenham créditos de IBS e CBS nos mesmos moldes que entidades não imunes a esses tributos.

Por todas essas razões, pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação desta emenda, que visa promover justiça.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2024.

Senador ANGELO CORONEL
(PSD–Bahia)

